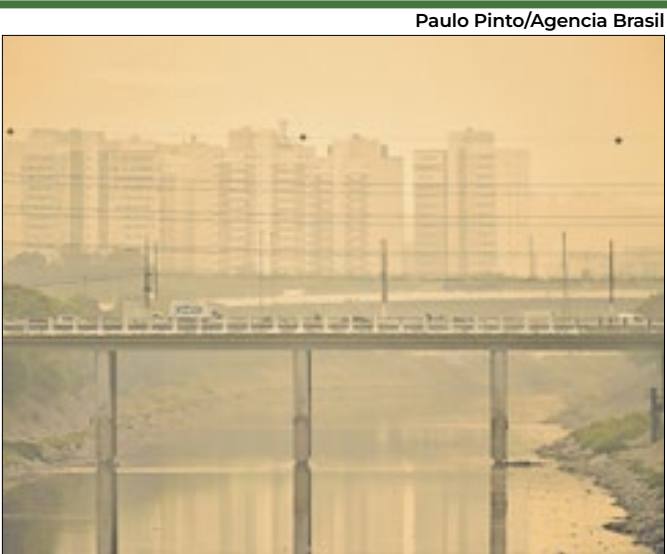


CORREIO NACIONAL



Paulo Pinto/Agência Brasil

Conferência Global sobre Clima e Saúde em Brasília

Saúde discute respostas a mudanças climáticas

Brasília sedia, até a próxima quinta-feira (31), a Conferência Global sobre Clima e Saúde, com foco na construção de políticas de adaptação do setor em meio aos efeitos das mudanças climáticas.

Durante a sessão de abertura do encontro, nesta terça-feira (29), o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, defendeu “mobilização para transformação”.

“Precisamos realizar um verdadeiro mutirão. Esse esforço coletivo é essencial, pois nenhuma pessoa

ou país sozinho consegue promover as transformações necessárias. Por isso, a mobilização de toda a sociedade e de todas as nações é fundamental para coordenar e liderar esse mutirão”, disse.

Por meio de uma nota, a pasta destacou que as ações estão alinhadas ao Plano de Ação em Saúde de Belém, proposta a ser apresentada pelo governo brasileiro durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em novembro.

Combate à violência de gênero

A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, destacou, na última terça-feira (29), em Foz do Iguaçu (PR), o papel dos prefeitos no combate à violência cometida contra mulheres.

“Se cada município tiver compromisso com a mudança desses indicadores, com as suas equipes da saúde, da

educação, da cultura, da assistência social, do trabalho, falando disso, nós haveremos de mudar essa realidade”, defendeu Márcia Lopes.

A declaração da ministra foi dada durante participação na abertura do primeiro Fórum dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres do Paraná.

Custo da CNH pode cair até 80%

O custo de uma carteira nacional de habilitação (CNH), atualmente na faixa de R\$ 3,2 mil, poderá ser reduzido em até 80% para as categorias A e B – respectivamente motocicletas e veículos de passeio.

É o que prevê projeto que está sendo elaborado pelo Ministério dos

Transportes, que pretende acabar com a obrigatoriedade das aulas em autoescolas.

De acordo com a pasta, o objetivo é democratizar o acesso da população à CNH, facilitando, inclusive, a qualificação para atividades profissionais, em especial para aqueles que buscam o primeiro emprego.

Assassinatos de indígenas crescem

Nos últimos dez anos, os casos de assassinatos de indígenas cresceram 201,43%, passando de 70 casos em 2014 para 211, em 2024. Os dados fazem parte de relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil, produzido pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Do total de vítimas, 159

eram do gênero masculino e 52, feminino.

Os estados que registraram maior número de mortes indígenas por assassinato foram Roraima (57), Amazonas (45) e Mato Grosso do Sul (33), com destaque também para a Bahia, onde 23 indígenas foram assassinados.

IA para otimizar diagnósticos

Uma ferramenta de IA desenvolvida por pesquisadores da UFF pode facilitar a detecção de enfise-pulmonar ou câncer de pulmão em exames de tomografia computadorizada. As duas doenças podem se agravar de forma silenciosa durante anos, o que aumenta a impor-

tância do diagnóstico oportuno. A ferramenta, chamada de ChestFinder, está sendo treinada para analisar bancos de dados abastecidos com imagens e laudos de outros pacientes, e identificar padrões visuais e textuais que indiquem a presença das doenças.

AgSUS seleciona 130 profissionais

A Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS lançou edital de seleção pública para contratação de 130 profissionais que trabalharão na sede da entidade, em Brasília.

Os interessados podem se inscrever até 25 de agosto no site da Fundação Getúlio Vargas, banca

organizadora do certame.

A taxa de inscrição é de R\$ 120 para os cargos de nível superior e R\$ 70 para nível médio. Serão 24 vagas para auxiliar de gestão (nível médio) e 106 para analista de gestão (superior). O processo seletivo também prevê a formação de cadastro reserva.

AGU firmou 1,6 mil acordos com anistiados políticos

Caso Herzog é uma das milhares de reparações feitas pela União



Paulo Pinto/Agência Brasil

Números correspondem ao período de 2023 até então

Cinquenta anos após a morte do jornalista Vladimir Herzog, assassinado pela ditadura militar em 1975, a Advocacia-Geral da União (AGU) firmou um acordo para pagamento de indenização à família, celebrado no último dia 26 de junho, em São Paulo. Embora simbólico, este foi um entre os 1,6 mil acordos de anistiados políticos firmados pela AGU desde 2023, quando foi criada a Procuradoria Nacional da União de Negociação (PNNE).

Os acordos somam cerca de R\$ 130 milhões em indenizações. Em sua maioria, são casos de pessoas presas, torturadas e perseguidas pelo Estado brasileiro durante o regime militar (1964-1985), como o cearense Edilson Pinheiro Peixoto e o piauiense Evilásio dos Santos Barros, que tiveram suas carreiras profissionais interrompidas pela repressão. Além de entregar direitos e promover reparação, os acordos representam economia aos cofres públicos, ao evitar possíveis condenações na Justiça.

“Estamos falando de uma mudança muito profunda de um Estado algoz, que perpetrou violência de Estado, reconhecida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e pelo Judiciário brasileiro, e que está vindo aqui pedir desculpa por toda a barbaridade, por toda a violência que perpetrou, reconhecer direitos”, declarou o advogado-geral da União, Jorge Messias, na cerimônia realizada no Instituto Vladimir Herzog.

Os casos de Peixoto e Barros fazem parte do Plano Nacional de Negociação (PNN) nº 23, que trata do reconhecimento da condição de anistiado político pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e da fixação do valor da indenização por danos morais ou materiais.

De acordo com a procuradora-geral da União, Clarice Calixto, o volume de acordos assinados está relacionado a “uma

nova arquitetura de funcionamento” implementada pela atual gestão da AGU, na qual um dos pilares é a capacidade de construir consensos e respostas resolutivas.

A procuradora nacional da União de Negociação, Clara Nitão, defende que a busca pela consensualidade seja encarada como uma necessidade da advocacia pública, “como algo que faz parte do fluxo de trabalho”, e “não apenas daqueles casos que você já tem certeza de que vai perder”.

Nitão explica que, quando um processo chega na AGU, o primeiro passo é avaliar se ele pode ser abarcado por algum plano de negociação. Em caso positivo, é enviado para uma das seis coordenações regionais de negociação para que a proposta seja formulada e apresentada. Os planos englobam tanto demandas já judicializadas quanto em fase pré-processual. Além do PNN nº 23, de anistiados políticos, há outros 31 planos, boa parte sobre temas relacionados a servidores federais.

Edilson Pinheiro Peixoto iniciou sua militância política quando era estudante secundarista em Fortaleza (CE) e, em

julho de 1971, foi preso em sua casa por ter realizado “atividades subversivas”. Ficou detido por 23 dias, quando foi torturado e submetido a tratamento desumano. No ano seguinte, foi aprovado para cursar Medicina na Universidade Federal de Ceará (UFC), mas foi impedido de efetivar a matrícula.

Diante da perseguição, percorreu vários estados do Nordeste, antes de rumar a São Paulo, onde estudou Farmácia na Universidade de São Paulo (USP). Continuou se escondendo da repressão até 1979, quando foi promulgada a anistia, e em 1982 concluiu sua graduação.

Em outubro de 2009, o caso de Peixoto foi apreciado pela Caravana da Anistia no Ceará, junto a outros 75 requerimentos de vítimas e familiares. Iniciativa da Comissão de Anistia, do então Ministério da Justiça, as caravanas promoviam sessões públicas e itinerante ao redor do País com o objetivo de ampliar o alcance dos mecanismos de reparação e de intervir na memória coletiva sobre a ditadura militar.

Dois meses depois, foi publicada a portaria do ministério que confirmava sua condição de

anistiado político, o que incluiu uma reparação econômica, de caráter indenizatório, pelos danos materiais causados pela perseguição estatal, como o atraso em sua formação universitária – situação prevista pela Lei da Anistia, de 2002.

Os danos morais (que tratam de bens não materiais, como a saúde mental, a honra e a dignidade), no entanto, não foram contemplados pela legislação, o que gerou uma onda de processos judiciais e abriu a questão sobre o acúmulo de reparações por danos materiais e morais. O impasse foi pacificado por sentença do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de 2018, que confirmou a possibilidade.

Foi justamente a reparação por danos morais que Peixoto demandou à Justiça, em 2025, no valor de R\$ 150 mil, corrigido desde 1971, o que poderia chegar a R\$ 1,3 milhão em caso de condenação. Quando chegou à AGU, o processo foi direcionado ao PNN nº 23 e logo foi firmado um acordo com o anistiado, no valor de 60 salários-mínimos, pouco mais de R\$ 91 mil. O termo foi homologado pela Justiça Federal do Ceará e a ação judicial foi extinta.

Desenvolvimento psicomotor pesa mais na escolha dos pais

Divulgação



bem estruturadas favorecem a autonomia, a criatividade, o equilíbrio emocional e as funções cognitivas, além de exercerem um papel preventivo contra dificuldades futuras na leitura, escrita e raciocínio lógico. A longo prazo, os estímulos psicomotores contribuem para

formar crianças mais seguras, curiosas, concentradas e preparadas para os desafios das etapas seguintes da vida escolar.

Para ajudar pais e mães que estão nesse momento de escolha, Mônica destaca cinco pontos essenciais para identificar uma escola que promova o

desenvolvimento integral por meio da psicomotricidade:

- 1. Proposta pedagógica clara**
É fundamental que a escola tenha um projeto que valorize o brincar como ferramenta de aprendizagem, respeite o tempo de cada criança e compreenda o corpo como parte ativa no processo educativo.
- 2. Rotina rica e variada**
Busque instituições que ofereçam experiências diversificadas: arte, música, jardinagem, vivências sensoriais e movimento devem estar integrados à rotina.
- 3. Ensino bilíngue de verdade**
O contato com o segundo idioma precisa fazer parte das interações cotidianas, e não ficar restrito a momentos isolados. O bilinguismo por imersão é o mais eficaz.
- 4. Espaço que acolhe e estimula**
Observe se o ambiente é aberto, seguro e pensado para o desenvolvimento das crianças — com salas temáticas, brinquedos sensório-motores, áreas verdes e espaços de convivência.
- 5. Relação com as famílias**
A parceria entre escola e responsáveis é essencial para o bem-estar das crianças. Uma comunicação transparente, constante e respeitosa fortalece a confiança e potencializa os resultados.